

## OUTRO OLHAR: AS PRÁTICAS SOCIAIS DA REGIÃO DO BAIXO CENTRO (BH/MG)

Fernanda Mingote Colares Luz <sup>1</sup>

Artigo recebido em: 02/04/2017

Artigo aceito em: 18/06/2017

### RESUMO:

O presente artigo<sup>2</sup> discute como configura-se a dinâmica de ocupação do espaço público e a diversidade de movimentos de ocupação urbana de algumas grandes cidades frente ao crescimento do pensamento neoliberal sobre o processo de organização da economia, a relação da economia com o Estado, a relação do Estado com a economia e a sociedade. Discute ainda como a edificação de um Estado neoliberal intervém nas políticas urbanas e suas consequências na organização, planejamento e gestão das cidades. Busca analisar em destaque as práticas sociais da região chamada Baixo Centro em Belo Horizonte / MG.

### PALAVRAS-CHAVE:

Ocupação – Espaço – Diversidade - Planejamento – Neoliberalismo

### ABSTRACT:

This article discusses how the dynamics of occupation of the public space and the diversity of movements of urban occupation of some large cities in the face of the growth of neoliberal thought on the process of organization of the economy, the relation of the economy with the State, relationship with the economy and society. It

---

<sup>1</sup>Arquiteta e Urbanista formada pela PUC Minas em julho de 2013, Pesquisadora voluntária do Grupo Narrativas Topológicas na Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG desde setembro de 2016, Mestranda desde março de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia- Tratamento da Informação Espacial na PUC Minas

Link para Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3630973964354587>.

<sup>2</sup> É o produto disciplina Aspectos Contemporâneos do Planejamento Urbano e Metropolitano, ministrado pela Professora Jupira Gomes de Mendonça do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o 2º semestre de 2015.

also discusses how the construction of a neoliberal state intervenes in urban policies and their consequences in the organization, planning and management of cities. It seeks to analyze in detail the social practices of the region called Baixo Centro in Belo Horizonte / MG.

**KEYWORDS:**

Occupation - Space - Diversity - Planning - Neoliberalism

\* \* \*

**1. Introdução**

O presente artigo é o produto disciplina Aspectos Contemporâneos do Planejamento Urbano e Metropolitano, ministrado pela Professora Jupira Gomes de Mendonça do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) para o 2º semestre de 2015. A disciplina ementou a revisão bibliográfica sobre o debate internacional contemporâneo relativo aos atuais desafios para o planejamento urbano, decorrentes das alterações produzidas pela reestruturação produtiva sobre os processos de estruturação urbana e metropolitana. Bem como as concepções atuais de planejamento e gestão urbana e metropolitana no Brasil, os princípios e práticas de planejamento territorial urbano-metropolitano após a Constituição de 1988.

Foi debatido como nos últimos trinta anos ocorreu o crescimento do pensamento neoliberal sobre o processo de organização da economia, a relação da economia com o Estado, a relação do Estado com a economia e a sociedade e a organização da ocupação e urbanização frente à esse cenário. Bem como suas consequências na organização, planejamento e gestão das cidades.

Nesse sentido, podemos inferir que no âmbito das cidades, a edificação de um Estado neoliberal intervém diretamente nas políticas urbanas, "de maneira que os recursos antes advindos do poder público passam a ser canalizados pelo mercado financeiro e as cidades começam a competir entre si pela atração destes recursos"

(ARANTES, VAINER, MARICATTO, 2000). Essa competição estimula o aparecimento de uma identidade padronizada de cidade, com dinâmica de ocupação e espaços públicos de grande escala, homogêneos, limpos, seguros, que valorizam uma cultura internacionalizada. Isso tem gerado formas de urbanismo de caráter funcionalista e planejamento de viés estratégico implicando em uma ordem que engloba apenas uma parcela da cidade sem comprometimento com o ideal de cidade completa, gerando planos clientelistas, excludentes, segregadores e favorecedores das classes dominantes; conseqüentemente, reforçando as desigualdades sociais, além de impactar negativamente o meio ambiente.

Dessa forma, a discussão de Sanchez (1999) reforça que o fortalecimento da imagem da cidade no cenário nacional e a política promocional de revitalização do espaço são executadas dentro de uma abordagem da cidade-espetáculo (*City-marketing*) e sua conseqüente promoção e consolidação como figura pública transformando-se em instrumento de primeira ordem para a administração pública. Podemos exemplificar com a descrição da história da cidade de Belo Horizonte no site da Prefeitura que relata: "em 1895, Aarão Reis, chefe da Comissão de Construção da Nova Capital, terminava a sua planta básica. Ele inovava ao fazer uma planta em que as avenidas se cruzavam na diagonal, ao invés do clássico xadrez das grandes cidades da época, como Washington e Paris. O projeto era ambicioso e faraônico, mas foi projetado com um olhar no futuro, em que avenidas e ruas eram mais largas que as convencionais. Naquele mesmo ano, eram leiloados os lotes para a construção de comércios. Aqueles que adquirissem os lotes teriam o prazo de 4 anos para construir. A idéia era tornar Belo Horizonte o centro comercial do Estado em pouco tempo."<sup>3</sup>

---

3

[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt\\_BR&pg=5780&tax=14352](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=historia&lang=pt_BR&pg=5780&tax=14352), acesso em junho de 2017

Cronologicamente, o planejamento estratégico de cidades chega à América Latina, passando a ser adotado em cidades brasileiras, desde a década de 1990. No Brasil o que se vê é uma espécie de “empreendedorismo periférico - imitação do modelo estrangeiro, sem participação popular e favorecimento da elite local” (CAPEL, 2007). O planejamento estratégico tem como um dos seus pilares a associação dos diversos atores urbanos através de parcerias público-privadas.

Ao analisar Harvey (2006) podemos dizer que essas parcerias teriam sido estabelecidas visando à criação, execução e gestão de projetos em que, na maioria das vezes, o Estado (e, indiretamente, os cidadãos pagadores de impostos) assumem todos os riscos e custos, e o setor privado fica com a gestão e os benefícios (os lucros dos projetos). O que causa a despolitização da cidade e uma mudança do conceito de cidade, transformando-a em um sujeito econômico.

É neste contexto que há pelo menos três anos é visto, em diferentes países do mundo, uma reorientação dos movimentos de ocupação do espaço público pela sociedade civil, com impulsos diversificados, mas com questionamentos comuns sobre a forma com que a sociedade tem se estruturado, sobre a forma de organização política, sobre a forma com que as decisões são tomadas e sobre a forma de ocupação dos espaços da cidade. O objetivo é que os habitantes das grandes cidades se oponham à real submissão das lógicas abstratas da sociedade de consumo e busquem o valor de uso dos seus espaços vivenciados e de sua defesa contra os efeitos de abstração que o capitalismo (financeiro) tenta impor progressivamente na medida em que avança na produção do espaço social (Lefebvre, 2013).

Do mesmo modo, é válido destacar o corpo colocado no centro da experiência urbana, e a cidade enquanto condição de possibilidade de uma experiência determinada. O foco está em compreender de que modo os habitantes estão articulados coletivamente para além das instituições do Estado que atuam em sua região. Ou seja, por meio de suas atuações, manifestações que geram ocupações, o

papel da cidade é mostrado como lugar privilegiado da luta política, da disputa por legitimidade de práticas socioespaciais diversas.

Em Belo Horizonte o cenário não é diferente. Há alguns anos é possível acompanhar em algumas regiões intervenções associadas à Operação Urbana Consorciada do Vale do Arrudas<sup>4</sup> e a tentativa (pois até a presente data não foi colocada em prática) de implementação do 'maior edifício da América Latina'<sup>5</sup> na Rua Conselheiro Rocha no bairro de Santa Tereza. É apenas um (e com grande impacto na mídia local) dos indícios da entrada de Belo Horizonte na corrida para atração de recursos do mercado financeiro da qual decorrem a espetacularização de seu espaço urbano com processos (que serão citados abaixo) de patrimonialização, privatização do espaço público, turistificação e gentrificação.

As mudanças visíveis na paisagem e, a exemplo da deteriorização da região periférica da região do Baixo Centro de Belo Horizonte (MG)<sup>6</sup>, descrita em seguida, é reflexo de políticas públicas mais recentes, datadas a partir da década de 1980. Essas políticas interferiram nas apropriações deste espaço pelos diversos segmentos da sociedade, além de modificar as formas espaciais nesta região.

---

<sup>4</sup> A OUC Antônio Carlos/Pedro I – Leste/Oeste: Vale do Arrudas engloba as áreas relativas aos Corredores Viários Prioritários das avenidas Antônio Carlos, Pedro I, dos Andradas, Tereza Cristina e Via Expressa, áreas localizadas em um raio de 600m das estações de transporte coletivo e as Áreas Centrais identificadas como preferenciais no Plano de Reabilitação do Hipercentro. Essa operação urbana foi definida, respectivamente, pelos artigos 69-K, 69-M e 69-N do Plano Diretor do município de Belo Horizonte.

<sup>5</sup> Palavras retiradas do título da matéria veiculada no jornal Hoje em Dia em 25/03/15 que informava que "(...) Lançado com estardalhaço em 2012, o projeto da Torre Gigante ficará só no papel. (...) diante das barreiras da legislação e em busca de maior viabilidade econômica, a mineira PHV Engenharia e o escritório de arquitetura Farkasvölgyi, idealizador do edifício, abandonaram a ideia original e já traçam um plano B para a área ao longo da avenida dos Andradas." Disponível em <http://www.hojeemdia.com.br/noticias/economia-e-negocios/projeto-do-maior-edificio-da-america-latina-em-bh-e-cancelado-1.307185>

<sup>6</sup> Compreende o entorno das Ruas Aarão Reis com Praça da Estação.

Historicamente, a Praça da Estação, onde anteriormente funcionava a estação de metrô central e o ponto de parada do único trem de passageiros de rota de Minas Gerais, Belo Horizonte - Vitória, hoje abriga uma coleção particular de objetos e ferramentas de trabalho, o Museu de Artes e Ofícios<sup>7</sup>. Na sua vizinhança imediata funciona um ponto de concentração da juventude da periferia e do centro da cidade, de diversos grupos culturais, comerciantes, trabalhadores, moradores de rua e movimentos sociais; o Viaduto Santa Tereza e o entorno da Praça da Estação são importantes lugares de resistência e luta pelo direito à cidade.

IMAGEM 1: BELO HORIZONTE | MAPA DA REGIÃO



Fonte Google Maps

Disponível em:

[https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos\\_imagem\\_pri\\_musa](https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos_imagem_pri_musa)

<sup>7</sup> O Museu de Artes e Ofícios – MAO é um espaço cultural que abriga e difunde um acervo representativo do universo do trabalho, das artes e dos ofícios no Brasil. Um lugar de encontro do trabalhador consigo mesmo, com sua história e com seu tempo. Iniciativa do Instituto Cultural Flávio Gutierrez – ICFG, o MAO preserva objetos, instrumentos e utensílios de trabalho do período pré- industrial brasileiro. Criado a partir da doação ao patrimônio público de mais de duas mil peças pela colecionadora e empreendedora cultural Angela Gutierrez, o Museu revela a riqueza da produção popular, os fazeres, os ofícios e as artes que deram origem a algumas das profissões contemporâneas. Aberto ao público desde janeiro de 2006, o MAO está instalado na Estação Ferroviária Central de Belo Horizonte, ao lado da parada do Metrô, por onde transitam milhares de pessoas diariamente. É, assim, um espaço coerente com a natureza da coleção, bem próximo do trabalhador. Para abrigar o Museu foram restaurados dois prédios antigos, de rara beleza arquitetônica, tombados pelo patrimônio público. Sua implantação motivou requalificação da Praça da Estação, marco inaugural da cidade.

Porém essa região vem sendo pressionada por propostas de intervenções pelo Governo de Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que parecem descaracterizar a dinâmica social que se estabeleceu ali. A reforma do Viaduto Santa Tereza sugere trazer no lastro das Operações Urbanas Consorciadas<sup>8</sup>, projetos de higienização<sup>9</sup>, exclusão e desmobilização de grupos e movimentos que resistem atuando na cidade. Com pouca (ou nenhuma) participação popular, o projeto de reforma foi inicialmente desenhado supostamente para atender às necessidades das pessoas que frequentavam o viaduto, no entanto, não foi dada voz à elas. Diante de modificações no projeto inicial, que incluía espaços como quadra de basquete cercada e pista de bicicross, o poder público pretende transformar o lugar em um Circuito de Esportes Radicais, o que é completamente dissonante da ocupação existente no espaço. Estas modificações não foram aprovadas pela Diretoria de Patrimônio Cultural da PBH, mas, conforme divulgado na imprensa, as obras começaram sem divulgação ampla e muitos grupos que ali frequentam foram surpreendidos com tapumes cercando todo o vão livre do viaduto e impedindo a visibilidade e o acesso à obra.

---

<sup>8</sup> Operações Urbanas Consorciadas (OUC) são intervenções pontuais realizadas sob a coordenação do Poder Público e envolvendo a iniciativa privada, os moradores e os usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.

<sup>9</sup> Um dos grandes problemas que assolavam o Rio de Janeiro durante o século XIX eram as constantes epidemias que atingiam a população da capital do Império. Eram comuns os surtos de cólera, varíola e febre amarela na cidade, principalmente durante o verão, em decorrência das péssimas condições sanitárias do espaço urbano. O higienismo urbano era apontado como uma das formas de erradicá-los. Entretanto, as soluções apontadas pelo governo imperial para resolver a situação ocorreram através de medidas repressivas e autoritárias, em vez de maiores investimentos em saneamento básico. Em muitos momentos a solução para os problemas passava pela “limpeza” desses ambientes. Centravam-se em medidas que garantiriam um controle sobre os habitantes por parte das forças policiais. Essas medidas eram uma resposta à preocupação da elite brasileira com a população pobre das cidades, considerada como “classe perigosa” da sociedade. Nesse sentido, essas propostas de higienização urbana carregavam uma grande carga de preconceitos sociais e morais, que eram tratados como problemas sanitários.

Também estão sendo implementadas outras políticas de controle do uso da cidade e de eliminação de conflitos como o Código de Posturas, que dentre outros decretos, limita o uso nas praças e espaços e diversos outros oriundos do executivo local. A citar alguns: 1. retirada do Miguilim (espaço de acolhimento de crianças e jovens em situação de rua) para dar lugar ao Centro de Referência da Juventude que, no entanto, não contempla o público que antes vivia no local, não levou em conta as propostas feitas pelo Fórum das Juventudes da Grande BH; 2. projeto de criação do Corredor Cultural da Praça da Estação (ou ‘Estação das Artes’), que pretende realizar obras propondo aprimoramento e adequação de espaços e prédios da região para abrigar mais espaços culturais. A relação de tal projeto e a Operação Urbana Consorciada tem sido alvo de estudos pela sociedade civil organizada, pelas universidades, mas ainda não foi esclarecido; 3. legislação específica (restritiva) para uso dos vãos dos viadutos.

Porém, se são os grandes centros urbanos o local em que a lógica da cidade neoliberal atua de forma mais enraizada, é lá também que as multidões se articulam às quais o capital já não oferece alternativas. Estabelece formas de sociabilidade, identidade e valores.

É nessa conjuntura que se encontra a ocupação da região do Baixo Centro. Alguns cidadãos articularam, a partir da internet, uma mobilização para a ocupação política e performática da Praça da Estação de Belo Horizonte que foi transformada em Praia da Estação, movimento que se repetiu durante os sábados do verão de 2010 a 2016 desdobrando-se em outras manifestações e encontros. Surgiu como uma reação a um decreto da PBH que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça. Logo após a assinatura do decreto, um blog anônimo começou a divulgar e questionar a proibição e chamou as pessoas a se reunirem na praça, de branco, como forma de protesto. É um movimento horizontal, sem lideranças, auto-organizado. É

constituída por cada um dos banhistas que se junta a ela e por isso pode ser constituída um dia por 20 pessoas, e em outro, por 500. O banho é garantido pelas fontes da praça e por um caminhão pipa contratado com a renda de uma vaquinha que acontece na hora, entre os próprios banhistas. É um ato político de apropriação do espaço público que propõe uma nova forma de experimentar a cidade: mais livre, democrática e sem repressão.

IMAGEM 2: BELO HORIZONTE | PRAÇA DA ESTAÇÃO, 2013



Fonte: Priscila Musa

Disponível em

[https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos\\_imagem\\_pri\\_musa](https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos_imagem_pri_musa)

IMAGEM 3: BELO HORIZONTE | PRAÇA DA ESTAÇÃO, PRAIA DA  
ESTAÇÃO, 2010



Fonte: Priscila Musa

Disponível em

[https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos\\_imagem\\_pri\\_musa](https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos_imagem_pri_musa)

Neste mesmo período potencializaram-se, surgiram outros movimentos e ações na cidade, especialmente na área em estudo como:

- Carnaval Rua: desde 2009, o Carnaval de rua de Belo Horizonte vive de forma independente, sem chancelas ou patrocínio, reinventa tradições e faz pensar a cidade desejada. Tem se tornado um momento do ano em que, em meio à ocupação festiva do espaço público, busca ressignificar a relação com a cidade e com o outro, bem como contestar políticas consideradas danosas ao bem-estar social. Vários blocos

são feitos por quem julga querer transformar a cidade lutando pelas liberdades individuais, pelo direito à moradia e ao transporte gratuito, pela desmilitarização da polícia, contra o racismo, o machismo, a homofobia, a higienização e a privatização do espaço público. É chamado 'carnaval de rua e luta'.

IMAGEM 4: BELO HORIZONTE | PRAÇA DA ESTAÇÃO  
CARNAVAL DE RUA BLOCO ENTÃO BRILHA, 2013



Fonte: Priscila Musa

Disponível em

[https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos\\_imagem\\_pri\\_musa](https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos_imagem_pri_musa)

- o Duelo de MCs que acontece sob o Viaduto de Santa Teresa desde 2007 e desde então reúne diversas manifestações artísticas que incluem música, rimas, dança e arte urbana em torno da cultura do Hip Hop;

IMAGEM 5: BELO HORIZONTE | VIADUTO DE SANTA TEREZA  
DUELO DE MC'S, 2011



POR PRISCILA MUSA

Disponível em

[https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos\\_imagem\\_pri\\_musa](https://issuu.com/priscilamusakaiowa/docs/movimentos_imagem_pri_musa)

- a retirada dos tapumes que cercavam o vão livre do viaduto e a ocupação do espaço embaixo do Viaduto Santa Tereza compartilhando informações e desafios sobre as intervenções previstas no espaço em fevereiro de 2014: o Viaduto entrou em reforma e a pressão popular foi por transparência no acompanhamento e agilidade nas obras (prazos e recursos) e participação em todos os processos que interferem na dinâmica do espaço para que haja agilidade na liberação de um lado do Viaduto Santa Tereza. Também querem ter acesso às propostas de gestão que estão sendo discutidas

a portas fechadas e interferem diretamente na vida de milhares de pessoas que ali vivem. A lei de acesso à informação resguarda esse direito.

IMAGEM 5: BELO HORIZONTE | BAIXO CENTRO EVENTO "A OCUPAÇÃO,  
2013



Fonte: Jornal O Tempo

Disponível em:

[http://www.otempo.com.br/polopoly\\_fs/1.677785.1373331676!image/image.jpg\\_gen/derivatives/main-single-horizontal-img-article-fit\\_620/image.jpg](http://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.677785.1373331676!image/image.jpg_gen/derivatives/main-single-horizontal-img-article-fit_620/image.jpg)

Nesse contexto, a ocupação do espaço público configura-se como uma ação política, um gesto de resistência que propõe novos usos ao espaço urbano, cria zonas de tensão e, "é exatamente da permanência da tensão instaurada por eles que depende a construção de uma cidade menos cenográfica (espetacular)" (BERENSTEIN). É

também através dessa diversidade de movimentos de ocupação urbana, que a sociedade civil transforma o potencial libertário da ação política em urbanismo espontâneo e, como bem coloca Ana Clara Torres, "o resultado pode ser experimentar alguma coisa nova, experimentar a dignidade, experimentar se expressar em um espaço público, experimentar de alguma maneira compartilhar o outro, a dor do outro, ou buscar no outro uma compreensão de si" (RIBEIRO, 2011).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mediações de planejamento comunicativo e participativo contemplam, em primeiro lugar, como o próprio nome diz, a força “comunicativa” de contestação cotidiana, que surge da convivência de pessoas e permite uma intermediação racional entre esse poder comunicativo do mundo da vida e o poder político e administrativo do sistema. Além disso, uma forma “radicalmente espacial” do planejamento procura caminhos para que, através de sua intermediação, às forças “subversivas” das práticas espaciais do cotidiano ganhem maior influência e expressão na formulação de intervenções em espaço e sociedade que exigem novas técnicas e procedimentos no processo de elaboração e implementação de planos.

Capel mostra a importância dos movimentos sociais nas reivindicações urbanas. A necessidade da construção da cidade não deixada apenas nas mãos de políticos e técnicos que contam, mas meio essencial para a participação do cidadão e do diálogo. Objetivos sociais e políticos devem ser o ponto de partida para o desenvolvimento urbano e da organização física da cidade. Pois é inegável os benefícios adotados por cidades empreendedoras no que se trata de desenvolvimento econômico.

Esse artigo buscou exercitar o deslocamento do olhar, associado a um deslocamento geográfico, abrindo o trabalho para as mais diversas perspectivas futuras. A pretensão não foi construir um retrato fiel dessas espacialidades, mas explicitar suas diversas camadas constitutivas, mostrando que há lugar para as diferenças e para os conflitos que geram as formas de apropriação históricas, atuais e desejáveis.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luiz Felype Gomes de. **O estatuto da cidade e o cumprimento da função social da propriedade: o que ficou, para onde vai?** XVI ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR Anais... Belo Horizonte, maio de 2015. p. 1-17.
- BENJAMIN, Walter (1997), **“Paris, capital do século XIX”**, in Carlos Fortuna (org.). **Cidade, cultura e globalização. Ensaio de sociologia.** Oeiras: Celta Editora.
- BERENSTEIN JACQUES, Paola. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** Revista de Urbanismo e Arquitetura, América do Norte, 6.
- CAPEL, Horacio. **El debate sobre la construcción de La ciudad y el llamado "Modelo Barcelona"**. Scripta Nova vol. XI, n.233, 2007.p.1-57.
- CASTELLS, M e BORJA, J. **As cidades como atores políticos.** Novos Estudos nº45, São Paulo, p. 152-166.
- HARVEY, David. **Do Administrativo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio.** In.: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume Editora, 2006 (2ª edição) p. 163-190.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing, 2013.
- MARICATTO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias - Planejamento Urbano no Brasil.** In: ARANTES, O., VAINER, C e

MARICATO, E., **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis: Vozes, 2000.p.121-192.

MIRAFETAB, Faranak. **Insurgent planning: situating radical planning in the global south.** Planning Theory. V. 8 (1), 2009.

RANDOLPH, Rainer. **Subversão e planejamento como "práxis": uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade.** In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: ANPUR; SBPC; Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Nós temos hoje uma espécie de contenção do imaginário político.** Entrevista in Revista Marimbondo, v.o1, 2011. p.73. Disponível em [www.revistamarimbondo.com.br](http://www.revistamarimbondo.com.br)

SANCHEZ, Fernanda. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergente.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. N.1, maio 1999. p.115-132.

SANTOS, B. S. **A critique of lazy reason: Against the waste of experience.** In SMITH, N. 1982. **Gentrification and uneven development.** *Economic Geography* 58 (2) (April), 139-155.

VELLOSO, Rita. **A cidade contra o Estado: ensaio sobre a construção política de escalas e institucionalidades.** In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloisa Soares de Moura; MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo (Org.). **Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2015.

<http://portalpbh.pbh.gov.br/>, acesso em junho de 2017.

<http://urbanidades.arq.br/>, acesso em junho de 2017.